

12 dez 2012 / 13:34

Grande manifestação nacional de professores em 26 de janeiro

Face à difícil situação que se está a viver no ensino, a "resposta imediata" que os professores podem dar é voltar à rua. Por isso, o Secretariado Nacional da FENPROF, reunido nos dias 13 e 14 de dezembro, decidiu convocar uma grande manifestação nacional de professores para o próximo dia 26 de janeiro (um sábado), em Lisboa, com concentração no Marquês de Pombal.

Em conferência de imprensa realizada no final daquela reunião (*foto*), Mário Nogueira sublinhou a importância de uma intensa mobilização nas escolas para esta ação de luta e protesto, revelando que serão convidadas todas as organizações sindicais de docentes, além de outras estruturas. "O apelo", realçou Mário Nogueira, "dirige-se, desde, já a **todos** os professores, sindicalizados ou não".

"Com este governo", que "assume a mentira como se fosse uma verdade", e com estas políticas, que revelam "ausência de perspetivas", não há saídas para o país", destacou Mário Nogueira, acompanhado neste encontro com a comunicação social pelos dirigentes Branca Gaspar (SPGL), Manuela Mendonça (SPN), Dulce Pinheiro (SPRC), Ana Simões (SPZS), Sofia Canha (SPM) e António Lucas (SPRA).

"É urgente uma profunda alteração do rumo dado pelas políticas do governo. É urgente uma profunda alteração das políticas da educação e das outras áreas sociais. É urgente a demissão deste governo", que "não tem legitimidade para governar; enganam as pessoas, fazem o contrário do que disseram" na campanha eleitoral, salientou.

Três prioridades

A Direção da FENPROF chamou a atenção para três prioridades da ação sindical, no momento presente:

- A defesa da escola pública de matriz democrática, tal como a Constituição da República a consagra;
- A defesa da profissão docente, combatendo o desemprego, a precariedade e a instabilidade ;
- A defesa da qualidade da educação.

Danos irreparáveis

O dirigente da FENPROF alertou para as consequências dos cortes impostos pelo Orçamento do Estado (OE) e o corte "suplementar" de 4.000 milhões de euros nas funções sociais do Estado com incidência particular na Educação (setor que, recorde-se, o PM considera constitucionalmente *vulnerável*..., *esquecendo* que está lá, preto no branco, a responsabilidade do Estado por uma rede pública de educação!).

Esta política de asfixia financeira, estes cortes cegos, são "devastadores para o funcionamento das escolas", registou Mário Nogueira, que lembrou ainda que o governo tem um *plano B* para tentar tapar os buracos deste OE em que ninguém acredita, plano esse que passa por novos cortes nos salários dos trabalhadores da Administração Pública. E alertou para as consequências do desemprego docente, que atingiu um "máximo histórico".

31 500 docentes no desemprego

Os números recentemente divulgados pelo IEFP, sobre desemprego, confirmam o que a FENPROF denunciou: o MEC, dirigido por Nuno Crato, concretizou o maior despedimento coletivo já verificado em Portugal e, hoje, já são 31 500 os professores no desemprego, dos quais mais de 20.000 inscritos nos centros de emprego.

Com o objetivo de provocar ainda mais desemprego, anuncia-se, entretanto, a intenção de aumentar (ainda mais) o horário de trabalho dos docentes, o que, a concretizar-se, significará uma "deterioração das condições de trabalho para os que ficam e, naturalmente, o desemprego para os que forem obrigados a sair".

O aumento de duas a três horas letivas representaria 10 a 15 mil horários eliminados, alertou o dirigente sindical.

Mais agrupamentos em janeiro? Irresponsabilidade absoluta!

Num completo desrespeito pelas escolas e agrupamentos, o MEC pretende criar novos mega-agrupamentos em pleno ano letivo, ou seja, já em janeiro, o que Mário Nogueira considerou uma "irresponsabilidade absoluta".

O dirigente sindical destacou várias tomadas de posição a nível local contra esta orientação do MEC, apontando, a título de exemplo, recentes *testemunhos* de Coimbra e Vila do Conde.

Quase uma centena de condenações...

Aos professores que ficam desempregados é negado o pagamento da indemnização devida. O MEC, apesar de já ter sido condenado 99 vezes, continua a negar o pagamento do dinheiro que deve aos professores, por caducidade dos seus contratos.

O número poderá rapidamente elevar-se às centenas. É uma vergonha esta atitude do Ministério de Nuno Crato que faz supor que o Estado não é pessoa de bem ao ser servido por gente que não paga o que deve, no caso aos professores.

Poucos terão sido tantas vezes condenados pela justiça em Portugal, como já foi o MEC, mas, sem vergonha, mantém a sua prática ilegal, destaca a FENPROF.

O "engodo" dos contratos de autonomia...

Noutro momento desta conferência de imprensa, o Secretário Geral da FENPROF referiu que começa a soar a intenção de o MEC se desresponsabilizar do pagamento dos salários de docentes recorrendo, nesse sentido, aos chamados *contratos de autonomia, ficando o pagamento dos salários dependente de fundos comunitários...* "Não aceitamos desta situação! Queremos esclarecer esta matéria", observou Mário Nogueira no diálogo com os jornalistas.

Um "inocente" registo biográfico...

Mário Nogueira deixou ainda um breve comentário à situação criada com a imposição, pelo MEC, de validação pelos professores de um documento eletrónico, em base de dados da DGAE/MEC, que altera a natureza do vínculo laboral, destacando que a FENPROF aconselha os docentes a entregarem pedido de impugnação do ato de alteração da natureza desse vínculo ([ver minuta](#)).

A situação que se está a viver no ensino e no país tem motivado a saída de muitos profissionais do ensino, que vão para a reforma, mesmo com prejuízo nas suas pensões. "São professores que fazem falta nas escolas", observou Mário Nogueira.

O Secretário Geral da FENPROF referiu ainda que foi apresentada a primeira acção condenatória comum, sob a forma ordinária, para efectivar a responsabilidade civil, por erro judiciário, quanto ao não pagamento dos subsídios de férias e de Natal em 2012, tendo em conta a decisão do Tribunal Constitucional que considerou este não pagamento inconstitucional. Este combate vai prosseguir, garantiu.

Petição em defesa das funções sociais do Estado

As funções sociais estão a ser postas em causa pelas políticas de austeridade do Governo do PSD-CDS. O anúncio de uma redução de 4.000 milhões de euros na Saúde, na Educação e na Segurança Social, a concretizar-se, porá em causa o próprio Estado Social. Mário Nogueira, ao abordar desta situação, realçou aos jornalistas a importância da Petição recentemente lançada pela JCGTP-IN.

Como destaca o texto da Petição, Portugal não está, apenas, confrontado com um problema de ordem financeira, mas, sobretudo, com uma questão marcadamente ideológica de subversão da C.R.P. no que respeita a direitos, garantias e princípios, nomeadamente os que consagram a coesão social e o bem-estar das pessoas.

É necessário sublinhar que o Estado Português está abaixo da média europeia no que respeita a gastos com as funções sociais, embora essa realidade seja frequentemente deturpada. É ainda necessário ter presente que a destruição das funções sociais do Estado e a privatização dos serviços públicos, a par do aumento do desemprego, da precariedade, de salários cada vez mais reduzidos e do agravamento das condições de vida da população, fariam eclodir desigualdades sociais ainda mais profundas e explodir rupturas sociais gravíssimas.

FENPROF aguarda reunião no MEC

Apesar destes e muitos outros problemas que continuam por resolver – a vinculação dos docentes contratados, a avaliação de desempenho, o congelamento das carreiras e a brutal desvalorização dos salários ou os problemas da aposentação –, o MEC continua sem aceitar reunir com a FENPROF, não respondendo aos pedidos insistentes que são apresentados e não marcando data para reuniões que o próprio ministro aceitou que se realizassem...

Estes são exemplos de uma governação que, mesmo quando parece à vista, está longe de o ser, pois trata-se do desenvolvimento de uma política orientada para destruir a Escola Pública e servir interesses privados, nacionais e internacionais, neste caso sob tutela da *troika*.

O Congresso da FENPROF e a luta dos professores

Como realçou Mário Nogueira, os professores não aceitam aquele caminho que destrói o futuro de Portugal. Marcado para maio próximo, o Congresso da FENPROF construirá, certamente, pelo amplo debate que vai proporcionar um plano de ação, de luta e de alternativas às políticas que estão a destruir a escola pública. / **JPO**



Fotos: J. Caria